



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 636/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

- 1- Processo TCE nº 1569/2014 (14 Volumes).**
- 2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- Órgão:** Fundo Único de Previdência do Município de Manaus - MANAUSPREV.
- 4- Exercício:** 2013.
- 5- Responsáveis:** Sr. Edson Nogueira Fernandes Júnior, Diretor-Presidente e Ordenador de Despesas do MANAUSPREV.
- 6- Unidade Técnica:** DICERP – Informação Conclusiva nº. 02/2015 (fls. 2680/2686).
- 7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1009/2015-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fls. 2687/2698).
- 8- Relator:** Conselheiro Raimundo José Michiles.

EMENTA: Prestação de Contas. Fundo Único de Previdência do Município de Manaus - MANAUSPREV. Exercício 2013.

Contas regulares. Quitação. Determinação à SEPLENO.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar regular, nos termos do art. 1º, inc. I, e art. 22, I, da Lei n. 2423/1996 c/c art.188, §1º, inc. I, da Resolução n. 4/2002 (RITCE), a Prestação de Contas, do exercício de 2013, de responsabilidade do Senhor **Edson Nogueira Fernandes Júnior**, Diretor-Presidente e Ordenador de Despesas do Fundo Único de Previdência do Município de Manaus – MANAUSPREV.

9.2- Dar quitação ao Senhor **Edson Nogueira Fernandes Júnior**, Diretor-Presidente e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 23 da Lei n. 2423, de 10.12.1996, c/c art. 189, I, da Resolução n. 4, de 23.5.2002;

9.3- Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que após a ocorrência da coisa julgada administrativa, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução n. 04/2002 - RITCE, adote as providências previstas no artigo 162, *caput*, do Regimento Interno.

10- Ata: 31ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

ACÓRDÃO Nº 636/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

11- Data da Sessão: 19 de Agosto de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Érico Xavier Desterro e Silva, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLAUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

RAIMUNDO JOSÉ MICHILES
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral